

# A REFORMA DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1990: REFLEXÕES E REPERCUSSÕES NA SAÚDE DO PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL<sup>1</sup>

Ângela Mara de Barros Lara\*  
Luciane F. Zorzetti Maroneze\*\*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a saúde do professor da rede pública de ensino fundamental do município de Maringá no contexto da reforma educacional ocorrida a partir da década de 1990. Articulada com a política de ajuste econômico, a reforma impõe novas exigências ao trabalho do professor, que, em circunstâncias nem sempre favoráveis, tenta responder às novas metas educacionais comprometendo muitas vezes a sua própria saúde. Sendo assim, este estudo buscou analisar as novas metas estabelecidas pela reforma educacional, presentes na gestão e organização do trabalho escolar, bem como seus reflexos na saúde do professor. A análise foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental, pautando-se na concepção materialista da história, na qual a saúde do professor é percebida a partir das contradições existentes no modo de produção capitalista. Com base no estudo realizado, concluiu-se que o novo modelo de gestão implementado pela reforma educacional trouxe exigências que resultaram em impactos nocivos à saúde dos professores. No caso específico dos professores da rede pública de ensino fundamental, o estudo revelou que a saúde não consta como elemento valorizado, devendo ser tratada como uma questão particular, de responsabilidade exclusiva do professor. Concluiu-se que a qualidade de vida e a preocupação com o ambiente saudável no trabalho devem estar presentes no conjunto de iniciativas gestadas pela política educacional, fazendo valer a relevância atribuída à valorização do docente.

**Palavras-chave:** Estado. Trabalho. Educação. Modernização do Setor Público.

## INTRODUÇÃO

A relevância da educação no contexto do novo modelo globalizado de acumulação do capital tem levado a uma expressiva produção teórica sobre o trabalho do professor diante das novas metas de gestão na política educacional engendrada por esse novo modelo. Sendo assim, o presente estudo visa propor algumas discussões em torno desse tema, dada a relevância do papel do professor na mediação do processo educacional.

Essas discussões estão centradas nas mudanças ocorridas na política educacional nos anos de 1990 e nas novas metas requeridas à educação a partir da redefinição do papel do Estado, convergindo para a retração dos gastos sociais e flexibilização do sistema educacional, tendo em vista a inserção do país no mercado globalizado. Nesse ponto, a educação passou a ser vista como estratégia para elevar o

crescimento econômico do país, melhorar a distribuição de renda e reduzir as desigualdades sociais, sem, contudo, ultrapassar os limites estabelecidos pela política de ajuste econômico.

A reforma educacional, orientada pelas agências internacionais, em especial pelo Banco Mundial, estabelece novas exigências visando à redução dos investimentos na educação, à centralização dos recursos na educação básica e à descentralização do sistema de ensino, através de medidas que transferem responsabilidades para a sociedade civil.

Nesse quadro, verifica-se que os impactos das novas metas educacionais também recaem sobre o trabalho do professor, que, a exemplo do que acontece com outros tipos de trabalho que vêm sofrendo as exigências do novo perfil requerido pela reestruturação produtiva, deve também se adequar ao reordenamento proposto pela reforma, que busca conformar a educação e, conseqüentemente, os professores, à dinâmica atual e flexível do processo produtivo.

<sup>1</sup> Estudo originário de monografia do Curso de Especialização em Pesquisa Educacional promovido pelo Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM/PPE/DFE). E-mail: angelabarroslara@yahoo.com

\*\* Assistente Social. Especialista em Pesquisa Educacional pela UEM. E-mail: lucianeorzetti@gmail.com

Nessa perspectiva, o presente texto visa discutir a saúde do professor considerando as novas formas de gestão na política educacional empreendida pelo movimento de reforma educacional promovido a partir da década de 1990. Como parte desse universo, particularizamos a discussão analisando a saúde do professor de ensino fundamental do município de Maringá, com vista a identificar na esfera municipal os caminhos que possam garantir atenção à saúde desse profissional, conforme os itens que seguem abaixo.

### **ESTADO, TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE A SOCIEDADE BRASILEIRA**

A proposta de analisar a saúde do professor da rede pública de ensino fundamental do município de Maringá a partir das reformas educacionais ocorridas nos anos de 1990 foi motivada pelo fato de que essas reformas impuseram um novo padrão de organização e gestão do sistema educacional, trazendo novas exigências ao trabalho do professor e por consequência, implicações em sua saúde.

Assim, compreender os rebatimentos das novas metas educacionais na saúde do professor implica inicialmente em considerar as mudanças ocorridas no sistema capitalista brasileiro, as novas exigências impostas ao trabalhador e os reflexos da redefinição do papel do Estado em relação às questões sociais, especialmente no que tange à política de educação e saúde do trabalhador. Essas mudanças estão relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo mundial, que tem provocado o acirramento dos níveis de empobrecimento dos países periféricos dependentes dos padrões de desenvolvimento dos países centrais, os quais mantêm a concentração de riqueza e o domínio sobre o mercado globalizado.

Esse novo cenário, caracterizado como mundialização do capital<sup>(1)</sup>, determinou mudanças no mundo do trabalho com a introdução de novos modelos tecnológicos e adoção de medidas de orientação neoliberal que implicaram na exigência de um novo perfil de trabalhador, na precarização das relações de trabalho com a ampliação do mercado informal, no crescimento do desemprego e na

flexibilização do trabalho, tendo em vista o processo de reestruturação produtiva e a lógica da acumulação financeira.

Outra questão que ocorre no bojo das relações capitalistas refere-se à desestruturação dos países subdesenvolvidos, que se colocam numa relação de dependência para com os países centrais do capitalismo para se incorporar à economia globalizada, pois se encontram fragilizados no processo de competição internacional.

Diante desse panorama, evidencia-se a redefinição do papel do Estado, por meio do qual o Brasil, assim como outros países periféricos, buscou articular medidas de ajuste estrutural com vista à inserção na nova ordem mundial. Essas medidas foram acompanhadas da implantação de políticas neoliberais que se tornaram mais evidentes a partir da década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, com a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado<sup>(2)</sup>, em novembro de 1995, elaborado por Bresser Pereira, titular do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE).

Orientada pelas políticas neoliberais, a reforma propõe centralmente a estratégia de retração do Estado, ampliando espaços para as relações com o mercado em detrimento dos interesses públicos e dos direitos sociais da maioria dos cidadãos.

Nesse contexto, a saúde, a exemplo de outras áreas, também acompanhou as medidas decorrentes das políticas de ajustes estruturais, com redução dos gastos sociais e limitação da capacidade de intervenção e atendimento às demandas de saúde.

As reformas que ocorreram na área da saúde, especialmente a partir da década de 1990, refletiram-se sobremaneira na definição das diretrizes que integram atualmente os serviços de atendimento à população, cuja meta é atingir o maior número de pessoas com o mínimo de recursos possível, bem como incentivar a ampliação do setor privado para atender a uma parcela da população que deve se responsabilizar pelos custos de sua própria saúde. É por esse contexto que deve perpassar a análise sobre a saúde da população e do trabalhador, devidamente garantida pela Constituição de 1988<sup>(3)</sup> e pela Lei Orgânica da Saúde<sup>(4)</sup>, que

regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS).

Diante dos ajustes estruturais provocados pela reforma do Estado, a saúde é de responsabilidade do trabalhador, que deve empreender todos os esforços para evitar o adoecimento, mantendo a produtividade de sua força de trabalho. Nesse ponto, verifica-se que o professor é duplamente vitimizado: primeiro, ao buscar tratamento para os problemas de saúde é vitimizado pelo descaso do Estado com a política de saúde; e depois, no exercício de sua profissão, acaba por adoecer pelas más condições de trabalho a ele oferecidas, decorrentes do sucateamento da política pública de educação.

### **REFORMAS EDUCACIONAIS NOS ANOS 1990: IMPACTOS SOBRE O TRABALHO E A SAÚDE DO PROFESSOR**

É na contemporaneidade do novo modelo de acumulação do capital que deve ser inserido o entendimento sobre o trabalho do professor bem como as questões que remetem à desvalorização, perda de autonomia e controle do processo de trabalho que o docente vem sofrendo a partir das novas formas de gestão e reestruturação do trabalho escolar.

Desse modo, analisar as condições de trabalho do professor a partir das novas metas estabelecidas pela reforma educacional implica em considerar os elementos sociais que integram essa totalidade, da qual a saúde do professor não está desconectada.

A reforma foi implantada com o discurso de que o investimento em educação, em especial na educação básica, seria um fator preponderante para que os países periféricos melhorassem a condição econômica e social e reduzissem os níveis de desigualdade. Desse modo, fez-se necessário reformar a educação a fim de garantir um sistema educacional eficiente e produtivo, capaz de amenizar a pobreza nesses países.

O que importa é ofertar uma educação básica que inclua os conteúdos mínimos como “capacidade de leitura e escrita e domínio dos cálculos matemáticos elementares”<sup>(5:116)</sup>. Daí a importância de os recursos financeiros serem alocados no ensino de primeiro grau. Quanto aos demais níveis de ensino, a proposta se dirige à cobrança de taxas e transferência de

responsabilidades para a sociedade, que é convocada a compartilhar o financiamento e os gastos para a manutenção do ensino.

Com efeito, “a reforma administrativa orienta-se a despublicizar a educação, a transferi-la para a esfera da competição privada”<sup>(6:19)</sup>. Assim, reduzido à condição de mercadoria, o sistema educacional contrapõe-se à política de direitos sociais.

Nesse quadro, verifica-se que os impactos das novas metas educacionais recaem sobre o trabalho do professor, que, a exemplo do que acontece com outros tipos de trabalho que vêm sofrendo as exigências do perfil requerido pela reestruturação produtiva, deve se adequar ao reordenamento proposto pela reforma. O trabalho do professor não se distancia da política de redução dos gastos públicos aplicados à educação, portanto é alvo das estratégias de reforma que postulam a flexibilização de seu trabalho, rompendo com a estabilidade e planos de cargos e salários, que apenas oneram a administração pública.

Diante dos impactos da reforma educacional no trabalho do professor, ressalta-se que “Os professores foram sendo prostrados por uma avalanche de imposições, reformas sobre reformas e mudanças sobre mudanças, humilhados nas suas condições de vida e de trabalho e ignorados e desrespeitados no seu saber e profissão”<sup>(7:115)</sup>.

O professor, entendido como a figura “catalisadora” dos êxitos e insucessos dos programas governamentais e dos desempenhos dos alunos, quando não responde às expectativas é responsabilizado pelo mau preparo para o exercício da função. Assim, para manter a imagem de profissional competente e responsável, o professor deve criar estratégias, driblar as dificuldades que aparecem no cotidiano, cumprindo a tarefa de garantir um ensino de qualidade, capaz de responder às exigências do mercado.

Sem perder de vista esse contexto, é oportuno ressaltar que as agências internacionais recomendam o investimento em insumos educativos, como compra de equipamentos, materiais didáticos e livros, entre outros, para ajudar no desempenho individual do aluno e evitar a evasão e repetência escolar. Se por um lado ocorre uma priorização no aspecto

quantitativo, por outro percebe-se uma total desatenção a fatores que envolvem a capacitação, formação, salários e condições de trabalho do professor. Sobre isso, cabe considerar que, “[...] a ênfase no aspecto financeiro submete as reformas da área educacional aos critérios gerenciais e de eficiência que tocam mais na periferia do que no centro dos problemas”<sup>(8:18)</sup>, isto é, incidem mais sobre a quantificação dos insumos escolares do que sobre os fatores humanos que garantem a qualidade da educação.

Percebe-se que, na ordem de prioridades da reforma, a importância do trabalho do professor tem ficado em último plano. Além disso, o cenário atual denuncia a ocorrência de fatores que refletem a precariedade das condições de trabalho desse profissional, entre eles salas de aula que extrapolam o limite de alunos matriculados, baixa remuneração, que obriga muitos professores a ampliar a sua jornada de trabalho para compensar as freqüentes perdas salariais e intensificação do trabalho decorrente das exigências burocráticas que levam o professor ao preenchimento de inúmeros documentos.

Diante do conjunto de medidas propostas pelo novo modelo de gestão escolar, recai sobre o professor uma sobrecarga de trabalho e um esforço muito grande para responder às novas exigências, as quais, muitas vezes, não são acompanhadas de elementos capazes de corresponder às condições reais de trabalho, desencadeando situações que afetam a saúde do professor.

Sobre essa questão, ressalta-se que muitas das dificuldades que afetam a saúde do professor estão relacionadas à incompatibilidade entre as mudanças educacionais e a realidade que os professores enfrentam nas salas de aula, conforme apontado pela autora<sup>(9:88)</sup>,

[...] os esforços individuais dos professores para compensarem a falta de acomodação das metas educacionais na organização real do trabalho podem explicar as queixas de cansaço, os distúrbios psíquicos menores e os índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais.

A expressão “mal-estar docente”<sup>(10)</sup> é utilizada para caracterizar essa situação marcada pelos efeitos nocivos que recaem sobre a saúde do professor. Trata-se de um fenômeno com

repercussões internacionais e manifestações evidenciadas no início da década de 1980 nos países mais desenvolvidos. De acordo com o mesmo autor, a expressão retrata os efeitos negativos resultantes das condições psicológicas e sociais em que o trabalho do professor é desenvolvido, gerando prejuízos à sua saúde. Esse mal-estar se manifesta em várias formas de esgotamento, situações de estresse, episódios depressivos e absenteísmo, sendo esse último a reação mais freqüente para aliviar as tensões do professor no exercício de seu trabalho.

Como expressão do mal-estar docente, a **Síndrome de Burnout** caracteriza a situação de esgotamento físico e mental que afeta o professor. Essa síndrome, que afeta principalmente os trabalhadores que mantêm contato direto com outras pessoas, refere-se a um estado no qual o trabalhador, diante de uma situação de esgotamento físico e mental, perde o interesse em se envolver com o trabalho, passando a mostrar sentimentos de indiferença e a não se importar mais com aquilo que faz ou deixa de fazer.

O que ocorre é um esgotamento físico e emocional do professor por ter de lutar contra uma situação adversa, resultante das exigências que são atribuídas à sua prática cotidiana e das dificuldades que enfrenta em satisfazer a essas exigências, em função da precariedade de suas condições de seu trabalho.

Este esgotamento, considerado como “exaustão emocional”<sup>(11:270)</sup>, é, segundo o autor, “[...] expressão do sofrimento que os professores e demais profissionais do cuidado sentem quando não conseguem dar mais de si mesmo, toda energia e recursos emocionais próprios parecem estar exauridos”. Isso interfere negativamente na relação com o trabalho, visto que o entusiasmo, a motivação e a disponibilidade do professor acabam sendo afetados.

Além desses sintomas, vale apontar a presença de outros, como elevado índice de absenteísmo, baixa auto-estima e indiferença para com os problemas educacionais. A autora<sup>(12)</sup> define condições de trabalho como tudo aquilo que envolve o ambiente de trabalho e nele interfere, como, por exemplo, as relações interpessoais, o planejamento das atividades, a questão salarial, a alimentação e o lazer.

Analisar tais condições em relação ao professor implica não apenas identificar os fatores que geram tensões de caráter negativo na sua atividade profissional, conforme exposto acima, mas também em situar o trabalho docente a partir dos novos modelos de estruturação econômica, que impõem novo ordenamento das relações de trabalho e o cumprimento de metas alicerçadas nos pressupostos de ajustes estruturais.

Verifica-se que as novas metas de reforma, orientadas pelas agências internacionais, refletem-se sobremaneira nas condições de trabalho e na saúde do professor, o qual tenta, individualmente, compensar as deficiências de recursos no local de trabalho decorrentes da política de cortes nos investimentos educacionais.

É nesse quadro, marcado pela redução dos custos com educação, que os estados e municípios brasileiros tentam cumprir as metas educacionais, articulando estratégias para enfrentar a incompatibilidade entre os recursos destinados pelo governo e os gastos necessários para a manutenção da rede de ensino. Enfrentam o sucateamento das instituições escolares, a escassez de recursos materiais e insuficiência de vagas na escola para suprir a demanda. É nesse contexto que se insere a discussão sobre a saúde do professor da rede pública de ensino fundamental do município de Maringá, que será trata no item que se segue.

### **A SAÚDE DO PROFESSOR NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

O problema de saúde relacionado ao trabalho tem vitimado um número cada vez maior de professores em todo o país. Os estados e municípios brasileiros presenciam, através das instituições de ensino, particulares ou públicas, o adoecimento de muitos professores, que apresentam queixas de saúde variadas, sendo as mais recorrentes aquelas relacionadas a problemas nas cordas vocais, dor lombar, problemas digestivos e distúrbios psiquiátricos.

Em Maringá, a exemplo de outros municípios do Estado do Paraná, os problemas de saúde dos professores da rede pública de ensino constituem uma realidade a ser enfrentada pela Secretaria Municipal da Educação. Os dados revelam que,

de janeiro a setembro de 2005, do total de 895 professores de ensino fundamental, três estavam afastados por acidente de trabalho, correspondendo a 0,34% e 27 (vinte e sete) estavam em disfunção, representando 3,02% do universo total. Nesse último caso, os professores ficam temporariamente afastados de suas atividades, exercendo ou não outra função, aguardando parecer médico da Coordenadoria de Saúde Ocupacional (CSO) da prefeitura para a resolução do problema.

Apesar de não ser um número tão expressivo, se comparado com o total de professores de ensino fundamental, podem ocorrer variações de um mês para outro. Além disso, foram computados somente os professores que estão em disfunção e que sofreram acidentes de trabalho, não sendo incluídos aqueles que continuam desempenhando suas atividades regularmente, mas estão sob tratamento médico.

Nos casos de acidente de trabalho e doenças ocupacionais, verifica-se que o tratamento é custeado pela prefeitura municipal, sem acarretar ônus ao professor; mas para isso é necessária a realização de alguns procedimentos burocráticos, que são encaminhados pela própria Coordenadoria de Saúde Ocupacional. Esses procedimentos muitas vezes dificultam que algumas doenças sejam reconhecidas como de ordem ocupacional, e quando o problema de saúde não é reconhecido como tal, cabe ao professor arcar com as despesas no tratamento.

Os dados da pesquisa, obtidos através da Secretaria de Educação e Coordenadoria de Saúde Ocupacional, chamam a atenção para alguns pontos importantes, entre eles: a ocorrência de professores com problemas vocais ou de ordem psiquiátrica; a inexistência de programas preventivos por parte desses órgãos, que muitas vezes não recebem o devido apoio e incentivo do poder público municipal para promover esse tipo de trabalho; e a ocorrência de casos em que o professor, em face da lentidão do processo burocrático de reconhecimento da doença como de origem ocupacional, acaba arcando com as despesas do tratamento.

No município de Maringá, os problemas de saúde do professor da rede de ensino fundamental são encaminhados à CSO, mas não há, por parte da Secretaria da Educação e da própria Coordenadoria, a execução de projetos

preventivos que objetivem a atenção à saúde do professor.

Na gestão pública municipal de 2001-2004, a Secretaria Municipal de Educação, com base nas recomendações aprovadas na I Conferência Municipal de Educação, elaborou o Plano Municipal de Educação<sup>(13:97)</sup>, no qual se encontram sistematizadas ações que prevêm a valorização do professor, incluindo metas que objetivam “[...] favorecer políticas que identifiquem, previnam e minimizem as doenças típicas do exercício do magistério”. Neste ponto, observa-se a importância atribuída ao reconhecimento das doenças que acometem os professores e a preocupação em promover iniciativas voltadas à prevenção da saúde do professor.

Embora a Secretaria Municipal de Educação não apresente nenhum programa preventivo direcionado à saúde dos profissionais da educação, percebe-se essa questão específica é objeto de preocupação daquela Secretaria. No caso, o Plano Municipal de Educação<sup>(13)</sup> contém indicadores que refletem a importância de se proporem metas de intervenção nos problemas de saúde que vêm acometendo um número cada vez mais expressivo de professores.

Não obstante, é preciso considerar que, após quatro anos da elaboração do plano, a meta referente à saúde do professor, definida a partir das reais necessidades detectadas no cotidiano profissional, não chegou a se efetivar na prática. As políticas de prevenção à saúde ainda permanecem como propostas, mas não podem ser esquecidas no tempo, pois a demanda e as necessidades de intervenção estão presentes, tornando-se imprescindível a articulação de estratégias que garantam a sua execução.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se as mudanças ocorridas no sistema educacional nas últimas décadas, não se pode negar que as reformas educacionais foram estabelecidas para atender às exigências do movimento de rearticulação do capital em escala global. Essas mudanças imprimiram às políticas educacionais um novo modelo de gestão, que, adequado às medidas de regulação do mercado, produziu um verdadeiro descaso com a

educação, caracterizado pela redução de seu financiamento e pela não-valorização do professor.

As novas metas educacionais propostas pela reforma causaram impactos nocivos à saúde do professor, que, mesmo em circunstâncias nem sempre favoráveis, procura compensar individualmente os inúmeros desafios decorrentes dos baixos investimentos educacionais.

A expressão “mal-estar docente”<sup>(10)</sup> retrata muito bem os diversos sintomas que acometem o professor ao ter que lidar com situações como baixa remuneração, indisciplina dos alunos, falta de condições materiais para a realização do trabalho e ampliação da jornada laboral, as quais, na realidade, denunciam a precariedade das condições de trabalho a que o professor se encontra submetido.

Nesse sentido, a análise da saúde do professor da rede pública no município de Maringá expressa a realidade desse cenário atual, que deposita no professor a responsabilidade pela condução do processo de consolidação dos valores e de construção do conhecimento, mas por outro lado, não lhe oferece as necessárias condições de trabalho e de ações voltadas ao cuidado de sua saúde.

No caso específico dos professores da rede pública de ensino do município de Maringá, pode-se concluir que o Plano Municipal de Educação<sup>(13)</sup> traz novos elementos que possibilitam à Secretaria da Educação a ampliação do debate sobre a saúde do professor, pois a doença do professor impacta os gastos públicos, aumentando a fragilidade do sistema educacional e de seu poder de participação na sociedade. No entanto, é necessário que a proposta de prevenção à saúde dos profissionais da educação, contemplada no Plano, seja devidamente efetivada, buscando superar os desafios produzidos pelas metas de reforma educacional, incluindo na valorização do professor ações que viabilizem e promovam a sua saúde.

Sendo assim, faz-se necessária a adoção de medidas urgentes com vista a promover a valorização do professor, as quais devem ultrapassar os limites específicos das relações de trabalho e envolver um processo amplo, que priorize inclusive a qualidade de vida e a saúde desse profissional.

## THE REFORM OF THE STATE AND THE EDUCATION IN THE 1990S: INDIRECT INFLUENCE AND REPERCUSSIONS IN THE HEALTH OF ELEMENTARY SCHOOL TEACHERS

### ABSTRACT

This work discusses the health of elementary school teachers of the public education system of Maringá in the context of the educational reform of the 1990s. The reform is articulated with the economic adjustment policies and has proposed new demands on the teachers, who in face of such disadvantageous circumstances, have tried to meet the new educational goals compromising their own health. Based on this discussion, the purpose of this work is to analyze how the new methods of the educational politics have reflected in the health of elementary school teachers. The theoretical methodological referential of this study is based in the history materialistic concept, where the health of teachers is perceived with basis on the existing contradictions in the capitalistic production. From the studies on the subject, it was concluded that the new educational goals brought demands that are harmful to the teacher's health. Regarding elementary school teachers of the public education system, the study showed that health is not a respected issue considering it exclusively of the individual's concern and responsibility. It was concluded that life quality and a healthy environment at work should be present in the set of initiatives of educational policies, thus recognizing the relevance attributed to the teaching staff.

**Key words:** State. Work. Education. Modernization of the Public Sector.

## LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA EDUCACIÓN EN LA DÉCADA DE 1990: REFLEXIONES Y REPERCUSIONES EN LA SALUD DEL PROFESOR DE ENSEÑANZA FUNDAMENTAL

### RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir la salud del profesor de la red pública de enseñanza fundamental del municipio de Maringá en el contexto de la reforma educacional ocurrida a partir de la década de 1990. Articulada con la política de ajuste económico, la reforma impone nuevas exigencias al trabajo del profesor, que, en circunstancias ni siempre favorables, intenta responder a las nuevas metas educacionales comprometiendo muchas veces su propia salud. Siendo así, este estudio buscó analizar las nuevas metas establecidas por la reforma educacional, presentes en la gestión y organización del trabajo escolar, así como sus reflejos en la salud del profesor. El análisis fue realizado a través de investigación bibliográfica y documental, autandose en la concepción materialista de la historia, en la cual la salud del profesor es percibida a partir de las contradicciones existentes en el modo de producción capitalista. Con base en el estudio realizado, se concluyó que el nuevo modelo de gestión implementado por la reforma educacional trajo exigencias que resultaron en impactos nocivos a la salud de los profesores. En el caso específico de los profesores de la red pública de enseñanza fundamental, el estudio reveló que la salud no consta como elemento valorizado, debiendo ser tratada como una cuestión particular, de responsabilidad exclusiva del profesor. Se concluyó que la calidad de vida y la preocupación con el ambiente saludable en el trabajo deben estar presentes en el conjunto de iniciativas gestadas por la política educacional, haciendo valer la relevancia atribuida a la valoración del docente.

**Palabras clave:** Estado. Trabajo. Educación. Modernización del Sector Público.

### REFERÊNCIAS

1. Chesnais F. Mundialização: o capital financeiro no comando. Outubro. 2001; (5):7-28.
2. Brasil. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Plano diretor da Reforma do Aparelho do Estado, Brasília, (DF); 1995.
3. Pinto ALT, Wind MCVS. Constituição da República Federativa do Brasil. Paulo: Saraiva; 1999.
4. Carvalho GI. Sistema Único de Saúde: comentários à Lei Orgânica da Saúde (Lei nº8. 080/90 e 8.142/90). 3ª ed. Campinas (SP): Unicamp; 2001.
5. Oliveira DA. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes; 2000.
6. Gentili PAA. A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis (RJ): Vozes; 1998.
7. Ciavatta M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida a lógica do mercado. Rev Educ Socied. 2003;24(82):93-130.
8. Fonseca M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. Rev Fac Edu. 1998;24(1):1-24.
9. Assunção AA. Saúde e condições de trabalho nas escolas públicas. In: Oliveira DA, editor. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica; 2003.
10. Esteve JM. O mal-estar docente: a sala-de-aula e a saúde dos professores. Bauru: Edusc; 1999.
11. Codo W. Educação: carinho e trabalho. Petrópolis (RJ): Vozes; 1999.
12. Christophoro R, Waidman MAP. Stress: condições de

trabalho em docentes universitários. Ciên Cuid Saúde.  
2004;3(2):23-32.

13. Maringá. Secretaria da Educação. Plano Municipal de  
Educação. Maringá, 2001-2004. Em processo de aprovação.

---

**Endereço para correspondência:** Angela Mara de Barros Lara. Rua Marechal Deodoro, 530 – apto. 83.  
Maringá-PR. CEP: 87.030-020. E-mail: angelabarroslara@yahoo.com

Recebido em: 01/02/2008  
Aprovado em: 23/06/2008